

ORGANIZAÇÃO APLICADA A GESTÃO PÚBLICA - EIRELI

PREGÃO N° 37/2016 (ATA N° 47/2016)

À
Comissão de Licitações do Município de Ivaí

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAÍ
PROTÓCOLO Nº 007.16 3337
Em 18.5.16 às 13:58
Encarregado

RAZÕES ESCRITAS DE RECURSO ADMINISTRATIVO

LEI N° 8666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.(os destaques não constam do original)

Princípio da vinculação ao edital: "obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666."¹

ORGANIZAÇÃO APLICADA A GESTÃO PÚBLICA - EIRELI

qualificada no procedimento licitatório, vem, respeitosamente, diante da r. Comissão

¹ Celso Antonio Bandeira de Mello, "Curso de Direito Administrativo" 20ª ed., Ed. Malheiros, São Paulo, 2005, p. 502.



ORGANIZAÇÃO APLICADA A GESTÃO PÚBLICA - EIRELI

de Licitação apresentar suas razões em recurso articulado conforme consta da Ata de julgamento.

Como externado pela Recorrente, a licitante ASSESSOPREV deixou de atender integralmente o item 8.1.3, alíneas “q”, “r”, “s” e “t” do Edital, ao apresentar somente um atestado que comprovasse haver organizado os procedimentos que envolvem a eleição dos membros de Conselhos de Regimes Próprios de Previdência. Porquanto que a Recorrente entregou dois atestados comprobatórios, atendendo o requisito editalício.

Como já estampado no preâmbulo desta manifestação a Recorrida deixou de atender a um dos requisitos impostos no Edital do certame, concernentes a apresentação de atestados técnicos de execução de serviços realizados, ato que confronta aos ditames preconizados nos arts. 3º e 41 da Lei 8666/93.

Em sendo assim, REQUER-SE a inabilitação da proponente ASSESSOPREV por deixar de atender a requisito previsto no item 8.1.3, alíneas “q”, “r”, “s” e “t”, por ser medida que se amolda a legalidade, cujo entendimento tem reiteradas decisões de E. Cortes Recursais, como mostra o julgado do então Ministro Eros Grau do STJ: “*A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital (art 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n. 8.666/93) (RMS 24555 AgR, relator: Min. Eros Grau).*”

P. deferimento.

Curitiba/Ivaí, 18 de maio de 2016.

Organização Aplicada a Gestão Pública

Carlos Alberto Grolli